

Credibilidade é fundamental

Asociedade tem que perceber claramente que o jogo proposto pelo Governo é pra valer em relação à dívida pública interna, caso contrário vai boicotá-lo, porque haverá ser a mais prejudicada. É para que isso aconteça, será indispensável que a reforma fiscal gere resultados: equilíbrio orçamentário, que resultará em redução das taxas de juros, abrindo possibilidade para retomada do desenvolvimento em novas bases, sustentado numa política de rendas.

O jogo da dívida pública é explicado racionalmente pelos dois economistas, mas o imponderável sempre poderá acontecer, principalmente se a população perder a confiança no plano, como ocorreu em relação ao Plano Cruzado. O caminho para a renegociação, segundo o plano, é o de que em determinada data a dívida interna mobiliária em poder do público seja convertida em cruzeiros livremente disponíveis (depósitos do Fundão, depósitos especiais remunerados, outros depósitos aplicados em títulos públicos (a parcela correspondente de CDBs) e os tomadores finais de títulos públicos teriam seus saldos.

O montante de depósitos de poupança e CDBs fora do Fundão que financia operações comerciais dos bancos permaneceria aplicado, mudando-se, porém, o indexador para a variação da taxa de câmbio. Nessa mesma data, seria oferecida aos investidores, a possibilidade de, "voluntariamente", adquirirem títulos do Tesouro com características novas e prazos maiores. Esses títulos,

em duas modalidades, apresentariam a característica de tomarem por referência o dólar. O primeiro deles seria lastreado por títulos do Tesouro Americano e asseguraria o pagamento de juros anuais de oito por cento. O segundo, seria emitido com diversos cupons de pagamento, resgatáveis um por ano até o vencimento do papel, escalonando os desembolsos ao longo do tempo.

Esses títulos, denominados pelos dois economistas Bônus Brasil (BB), seriam resgatados em cruzeiros, com opção de resgate em dólares, como se resultassem de uma aplicação na moeda americana.

Prazo — Os títulos serão expressos em cruzeiros, com paridade inicial de 1 para 1 em relação ao dólar, e corrigidos a partir de então pela variação da taxa de câmbio, rendendo juros equivalentes à taxa nominal de juros dos títulos de longo prazo no mercado internacional (oito por cento).

Seriam lançados títulos cujo principal seria lastreado desde sua emissão, podendo portanto ser negociado no mercado internacional. Ou os títulos seriam resgatados em parcelas a serem definidas por uma fórmula matemática que tem como objetivo calcular o desembolso do Tesouro com uma percentagem fixa do PIB.

Os títulos teriam livre circulação na economia para a realização de transações entre particulares (mercado secundário), vedando-se a realização de pagamentos correntes ao setor público, diz o estudo. "Os detentores dos títulos serão parceiros prioritários de um plano estratégico de crescimento que permite aliar bancos e detentores de títulos a uma opção de crescimento que reforça a integração da economia brasileira com a economia mundial".